

**A FACULDADE DE EDUCAÇÃO NOS ANOS 60:  
RELEITURA DA “IDADE DE OURO”**

**THE COLLEGE SCHOOL OF EDUCATION IN THE SIXTIES:  
A NEW VIEW ON THE “GOLDEN AGE”**

Gladys Mary Ghizoni Teive<sup>1</sup>  
Norberto Dallabrida<sup>2</sup>

*RESUMO:* O artigo procura fazer uma releitura crítica e contextualizada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) no momento da sua fundação – 1963 – e de sua atuação institucional na década de 60. Analisa o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE) e o Curso de Pedagogia, órgãos da Faculdade de Educação, sublinhando a sua estreita vinculação com a política educacional do governo do Estado de Santa Catarina, explicitada no Plano de Metas do Governo, o PLAMEG.

*PALAVRAS-CHAVE:* Faculdade de Educação; pedagogia; pesquisa educacional.

*ABSTRACT:* The article aims at a critical and contextualized reevaluation of the School of Education at Santa Catarina State University (UDESC) in the moment of its foundation – 1963 –, and its institutional action in the decade of 1960. It analyzes the Educational Studies and Researches Center (CEPE) and the Pedagogy Course, both belonging to the Education School, underlining their close link with the educational politics of Santa Catarina State government, clearly expressed in the Government Goals Plan – PLAMEG.

*KEY-WORD:* College School of Education; pedagogy; educational research.

No início da década de noventa, o Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) começou a pensar o seu projeto pedagógico de forma sistemática, procurando avaliar a sua situação conjuntural com o

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná e professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação da UDESC. E-mail: [gladys2@brturbo.com](mailto:gladys2@brturbo.com)

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor do Departamento de História da UDESC. E-mail: [norberto@udesc.br](mailto:norberto@udesc.br)

intuito de estabelecer novas políticas educacionais. Uma das questões que aparecia com frequência nas discussões era a forma e as circunstâncias históricas da fundação da Faculdade de Educação – nome do Centro de Ciências da Educação até 1984 –, bem como a sua estrutura e dinâmica nos primeiros anos. Alguns defendiam que, no início, a Faculdade de Educação havia passado por uma espécie de “idade de ouro”, quando se tornou uma instituição de ensino superior de vanguarda em Santa Catarina e, mesmo, no Brasil.

Os trabalhos publicados sobre a FAED – abreviatura de Faculdade de Educação que se tornou bastante popular – (Melo, 1984; Lins, 1988; Schmitz, 1994), em diferentes tons, pintam um quadro excessivamente positivo e dinâmico em relação aos primeiros anos da instituição. Em boa medida, esses trabalhos focalizam a criação da Faculdade de Educação e da Universidade do Estado de Santa Catarina, durante o governo Celso Ramos, a partir de um olhar institucional e oficial. Por isso, para analisar historicamente os questionamentos colocados na conjuntura atual, é salutar e necessário reler, de forma crítica e contextualizada, a Faculdade de Educação no seu momento fundador, bem como a sua atuação institucional na década de 60, problematizando as convicções em torno da sua propalada “idade de ouro”.<sup>3</sup>

A Faculdade de Educação foi criada em meados de 1963, com a implantação do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais – CEPE – e a estruturação do Curso de Pedagogia. Para compreender este ato fundador, é preciso contextualizá-lo na história política estadual. Na década de cinquenta, a União Democrática Nacional – UDN – dominou o cenário político catarinense. No entanto, nas eleições de 1960, o Partido Social Democrático – PSD – venceu as eleições para o governo do Estado de Santa Catarina, tendo como candidato Celso Ramos, que ocupava a presidência da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC (Auras, 1993, p.22-3; Carreirão, 1990, p.38-87; Piazza, 1983, p.661-2).

A proposta do governo pessedista baseou-se no chamado “Seminário Socioeconômico”, que se realizou em Santa Catarina nos anos de 1959 e 1960, sob a coordenação da FIESC, assessorada pela Confederação Nacional das Indústrias. O seminário consistiu no levantamento das condições infra-estruturais de Santa Catarina, apontando um quadro melancólico para o desenvolvimento catarinense. Entre os

<sup>3</sup> Este texto foi escrito em 1997, como parte integrante do projeto de pesquisa “A Política Educacional e a Faculdade de Educação na década de 60”, coordenado pelos professores Gladys Mary Teive Auros e Norberto Dallabrida.

principais problemas diagnosticados, destacava-se a carência de mão-de-obra qualificada para o trabalho, colocando a escola como mediadora do processo desenvolvimentista. Desta forma, a educação escolar foi considerada área prioritária para o programa modernizador do Estado de Santa Catarina, que incluía a criação de uma universidade estadual.

Como governador, Celso Ramos implementou o Plano de Metas do Governo, o PLAMEG (1961-1965), primeiro planejamento global do executivo estadual catarinense, calcado no Seminário Socioeconômico e executado pelo Gabinete de Planejamento (Schmitz, 1994). Nestas circunstâncias, a proposta da fundação da Faculdade de Educação e, posteriormente, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, está estreitamente ligada à idéia de educação como “aceleração do desenvolvimento”, que emergiu nos anos cinquenta a partir de alguns acordos de cooperação técnica entre o Brasil e os EUA e que atingiria pleno êxito, no regime militar, com o acordo entre o MEC e a USAID (Cardoso, 1995, p.90).

A idéia da criação da primeira faculdade de educação catarinense está assentada na necessidade de romper com o desequilíbrio existente entre o processo de desenvolvimento econômico e o sistema de ensino, além, evidentemente, da necessidade de se responder à crescente demanda por escolarização, fruto das exigências da modernização econômica e social. Tal demanda obrigou o Estado de Santa Catarina, no início da década de 60, a criar cerca de duas mil e quinhentas salas de aula para grupos escolares e escolas rurais e dezenas de estabelecimentos de ensino médio. Também foram criados cerca de cento e vinte ginásios normais – em praticamente todos os municípios catarinenses – como forma de suprir a carência de cursos ao nível ginásial, para o qual havia uma crescente demanda.

Muito disseminados, os cursos primário e normal ginásial necessitavam de professores/as, orientadores/as e administradores/as escolares. A Faculdade de Educação foi a instituição projetada para formá-los, além da função implícita de subsidiar a formulação da política educacional catarinense, sintonizando-a com os ideais de desenvolvimento e modernização. Daí a necessidade, percebida pelo executivo estadual, de estender a prática do planejamento – tônica na época – do domínio econômico para o campo da escolarização (Santos, 1970, p.13).

A extensão da prática de planejamento para a área educacional havia sido uma sugestão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 4.024/61 – no sentido de estimular os estados da federação a fixar metas condizentes com os recursos

disponíveis. Fiel aos preceitos desta lei, que previa a descentralização da política educacional, o Estado de Santa Catarina criou o Conselho Estadual de Educação e este, através da Lei 3.191, de 08 de maio de 1963, elaborou o Sistema Estadual de Ensino, que, entre outras deliberações, defendia a idéia de o Estado delegar a uma fundação educacional as atribuições da execução dos encargos educacionais, no que se refere aos ensinos superior, médio, primário e pré-primário. Defendia também a criação do Instituto Estadual de Educação, que teria como objetivos principais a formação de quadros docentes e técnicos em educação de nível superior, bem como produzir pesquisas educacionais. Para atingir estes objetivos, o Conselho Estadual de Educação propôs, na Lei 3.191/63, que no Instituto Estadual de Educação funcionassem cursos normal e secundário, a escola primária de aplicação e, também, a faculdade de educação.

Desse modo, foi assegurado no artigo 174 do Sistema Estadual de Ensino, que “a Faculdade de Educação manterá um Curso de Pedagogia com duração de três anos, no mínimo, estruturado de acordo com o que preceitua o parágrafo único do artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Será finalidade do Curso de Pedagogia formar professores das cadeiras específicas do ensino normal, bem como preparar, em nível superior, técnicos educacionais”. No artigo 175, a Lei propõe, ainda, a criação de um Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais como órgão da Faculdade de Educação. O projeto de regimento da Faculdade de Educação, enquanto órgão do Instituto Estadual de Educação, foi elaborado pelo Conselho Estadual de Educação e transformado pelo governador do Estado, Celso Ramos, no Decreto Nº 563, de 14 de agosto de 1963, que criou a Faculdade de Educação (Faculdade, 1963). No entanto, através do Decreto Nº 2.802, de 20 de maio de 1965, foi definida e estruturada a Fundação Educacional de Santa Catarina, sendo outorgados poderes para esta constituir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC – à qual a Faculdade de Educação ficou vinculada.

### **O CEPE e a Pesquisa Oficial**

A Faculdade de Educação tinha um papel bem definido na política de modernização econômica do Estado de Santa Catarina: prover as escolas de professores/as, orientadores/as e administradores/as escolares, oferecer aperfeiçoamento ao magistério, através de cursos intensivos, e subsidiar a formulação da política educacional catarinense de modo a romper com o desequilíbrio existente entre o sistema

de ensino e o processo de modernização econômica. Assim, em agosto de 1963, o Governador do Estado designou o professor Osvaldo Ferreira de Melo, membro do Conselho Estadual de Educação, para “praticar os atos iniciais da Faculdade de Educação”, bem como para constituir um grupo de trabalho para organizar o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, o CEPE – como ficou sendo conhecido até meados da década de 80 (Lins, 1988, p.19).

Sob a coordenação da professora Maria da Glória Mattos, no segundo semestre de 1963, o grupo de trabalho elaborou o plano de organização do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. No ano seguinte, o CEPE realizou oito cursos de orientação e aperfeiçoamento para professores/as e diretores/as do curso primário, especialmente das escolas localizadas em zonas rurais, conhecidos como CAPRUs – Cursos de Aperfeiçoamento para Professores da Zona Rural – e quatro pesquisas sobre as escolas primárias e a questão da repetência no sistema escolar estadual. Em 1965, o número de cursos para professores/as da rede triplicou, enquanto o número de pesquisas permaneceu o mesmo. Assim, nos primeiros anos, denota-se uma divisão naquele centro: enquanto um grupo de técnicos dedicava-se às atividades de extensão junto à Secretaria Estadual de Educação, realizando cursos de atualização docente, o outro grupo ocupava-se com pesquisas educacionais (Santos, 1997, p.5).

Com a implantação do regime militar no Brasil, em 1964, o Ministério da Educação determinou que os Estados elaborassem, com urgência, um plano estadual de educação e, para tanto, no ano seguinte, encomendou ao IBGE um censo escolar. O grupo de pesquisadores/as do CEPE, liderado por Sílvio Coelho dos Santos, participou deste projeto, elaborando, juntamente com a Secretaria Estadual de Educação, o relatório, intitulado “Subsídios ao Plano Quinquenal de Educação do Estado de Santa Catarina (1966-70)”. Posteriormente, o Ministério da Educação e Cultura recuou quanto à rapidez na implantação dos planos estaduais de educação, recomendando aos Estados que os viabilizassem na medida do possível. Sobre este fato, o coordenador da pesquisa descreve o processo:

Então esta determinação [de fazer o Plano Estadual de Educação] chegou. Bom, ninguém sabia o que era um plano de educação de uma maneira precisa, e como chegar a isto. Aí o próprio CEPE com o grupo de pesquisas que eu liderava foi bastante envolvido nisto. Mas também houve a participação de outros colegas da extensão. E se desenhou o embrião de um plano, porque o Conselho Estadual de Educação estava cobrando e a Secretaria da Educação dizia que se não

tivéssemos um plano, o MEC deixaria de passar recursos financeiros para a Secretaria (Santos, 1997, p.5).

Em 1966, Ivo Silveira, o sucessor de Celso Ramos no governo estadual, sublinhou ainda mais o papel da educação como mediadora do processo modernizador catarinense, reforçando o papel da Faculdade de Educação, especialmente do CEPE. O seu Plano de Metas, o PLAMEG II (1966-70), tinha como uma de suas principais metas a “valorização dos recursos humanos”, visando a “formação e aperfeiçoamento do elemento humano necessário ao processo de desenvolvimento”. Neste sentido, os convênios entre o Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo e a UDESC foram incrementados, cabendo ao CEPE a realização de várias pesquisas sobre o sistema escolar estadual.

Neste mesmo ano, o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais passou por uma reorientação, liderada pelo seu novo diretor, o professor Sílvio Coelho dos Santos, que priorizou a pesquisa escolar e transferiu para a Secretaria de Educação o serviço de capacitação de professores da rede pública (Santos, 1997, p.6; Universidade, 1966b, p.23). Sob a supervisão técnica de Sílvio Coelho dos Santos, o CEPE elaborou o primeiro projeto de pesquisas que procurava “obter dados globais” sobre o ensino primário e médio no Estado de Santa Catarina, intitulado “Projeto de Pesquisa sobre as Condições do Processo Educacional no Estado, em nível médio e primário” (Universidade, 1966a, p.22). Houve intensa mobilização e articulação dos/as pesquisadores/as do CEPE e alunos/as do Curso de Pedagogia para a concepção de uma pesquisa integrada, superando, de forma inédita, os incipientes e setorizados trabalhos dos primeiros anos daquele núcleo de investigação. Este levantamento estadual de dados escolares para os órgãos administrativos e técnicos visava, sobremaneira, fundamentar o planejamento educacional do Estado de Santa Catarina.

O projeto foi executado entre abril de 1966 e março de 1967 e, com base em seus dados, foi apresentado um relatório sob o título “Sobre as condições do processo educacional em Santa Catarina” (Universidade, 1967). O trabalho de pesquisa foi realizado pelos técnicos do CEPE, auxiliados por alguns professores/as do Curso de Pedagogia e com assessoria técnica do norte-americano Jacques Torfes, perito da UNESCO. É um trabalho panorâmico e de cunho fotográfico sobre as escolas primárias e médias em Santa Catarina, que envolveu inspetores regionais, inspetores escolares e prefeitos municipais. Na apresentação do relatório, o então diretor da Faculdade de

Educação, professor Osvaldo Ferreira de Melo, destaca a importância da pesquisa para o desenvolvimento educacional (Universidade, 1967, p.ii).

Desta forma, até o final da década de 60, mediante convênios com o Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo, o CEPE realizou mais quatro pesquisas, que abordam diversificados aspectos do sistema escolar catarinense. Em 1968, foram concluídas as pesquisas “Expansão da Escolaridade Primária até a Sexta Série” (Universidade, 1968a) e “Evasão Escolar e Repetência nas Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina (Universidade, 1968b), sendo que a primeira analisa as possibilidades da ampliação da escolaridade obrigatória, apontando os seus limites. No ano seguinte, o ensino médio catarinense foi sondado de forma global, daí resultando o relatório de pesquisa “A situação do Ensino Médio em Santa Catarina” (Universidade, 1969).

Nesta direção, à luz das pesquisas citadas, o CEPE gestou o primeiro Plano Estadual de Educação, para o decênio 1969-80 (Auras, 1993, p.30-7). Segundo Sílvio Coelho dos Santos, diretor do CEPE e relator do grupo de trabalho responsável pela elaboração do primeiro Plano Estadual de Educação,

No quinquênio 61-66, preparou-se mesmo uma infra-estrutura que viesse garantir o estabelecimento de metas arrojadas no período seguinte. As milhares de salas de aula que foram criadas, a implantação da UDESC, do Conselho Estadual de Educação e de toda uma legislação escolar são exemplos significativos. Entretanto, não houve a formulação de um plano global de educação que viesse entrosar os vários níveis de ensino – primário, médio e superior – às várias instituições que direta ou indiretamente atuam no sistema como um todo. E não ocorreu a efetivação desse plano global porque havia uma carência de dados que permitisse o entendimento claro da situação (Santos, 1997,p.13).

Esta carência de dados era reflexo da inexistência de instituições voltadas para a pesquisa e estudo da realidade educacional catarinense. Na gestão de Ivo Silveira este papel foi cumprido pelo CEPE mediante a realização de inúmeras pesquisas que subsidiaram, juntamente com as “contribuições” trazidas pelos peritos americanos Jacques Torfes e Michael Debrun, a elaboração do 1º Plano Estadual de Educação. (Auras, 1993, p.40). Na virada da década de 60, o CEPE sofreu nova mudança de perfil. Por um lado, com o início da divulgação e da implantação do Plano Estadual de Educação, em 1969, seus técnicos voltaram a dedicar-se aos cursos de aperfeiçoamento de professores da rede pública estadual (Pereira et al., 1988, p.16), que se estenderam pela década seguinte. Por outro, a pesquisa teve visível decréscimo, devido, em parte, à concentração de energias em torno do Plano Estadual de Educação. Neste momento, o

desligamento do professor Sílvio Coelho dos Santos foi significativo, pois, além de ocupar a direção de pesquisa e extensão da FAED na segunda metade dos anos 60, foi o principal pesquisador daquele núcleo acadêmico desde a sua fundação.

### **A formação de especialistas no “Como Fazer”**

O Curso de Pedagogia por sua vez, obedecia, na época de sua fundação, as prescrições do Decreto N° 1.190/39, que previa a habilitação do bacharel e do licenciado. No bacharelado eram formados os técnicos em educação: orientador/a educacional para o ensino primário, administrador/a e pesquisador/a educacional e, na licenciatura, eram formados/as professores/as para lecionar as disciplinas profissionalizantes dos cursos de formação de 1ª a 4ª série – os cursos normais.

Com a duração de quatro anos e regime seriado anual, o curso funcionava segundo o esquema três mais um, recomendado pelo Parecer 262/62, do Conselho Federal de Educação: três anos de núcleo comum e um ano voltado para a especialização profissional, sendo que a matrícula na 4ª série dependia da aprovação em todas as disciplinas do ciclo básico. Analisando o conteúdo das disciplinas que compõem a primeira grade curricular do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, verifica-se o quanto estavam sintonizadas com o momento vivenciado no país e no Estado de Santa Catarina, em particular. O arranco desenvolvimentista-modernizador exigia técnicos/as, planejadores/as, pesquisadores/as ou, como afirmou o primeiro diretor da Faculdade de Educação, “liderança de ordem superior” (Melo, 1974, p.10) e acreditava-se que a formação de lideranças no campo da educação, seria assegurada mediante um currículo que enfatizava, para o bacharel, o planejamento das ações educativas – entendido como “técnica ligada ao desenvolvimento” – e a pesquisa pedagógica. Daí a forte ênfase, no currículo do Curso de Pedagogia, na disciplina de Estatística, considerada suporte básico para a pesquisa.

Aliás, cabe ressaltar que a pesquisa, apesar de constituir-se numa disciplina exclusiva da formação de pesquisadores educacionais, figurava como metodologia de trabalho em praticamente todos os planos de ensino elaborados no ano de 1966, como forma de possibilitar ao futuro/a pedagogo/a laços de conexão com a realidade educacional catarinense. Afinal, esta realidade precisava ser radiografada, diagnosticada, compreendida, tendo em vista a necessidade posta nacionalmente de reformulação da prática educacional dos estados, sintonizando-a com a política socioeconômica em vigor. Ressalte-se ainda que, pelo menos ao nível do proclamado,



havia uma tentativa de articular pesquisa, ensino e extensão, tal como pode ser observado no plano de ensino da cadeira de Estudos Sócio-Econômicos de Santa Catarina: “objetivando ser essencialmente prática, a cadeira procurará integrar, de forma crescente, os alunos ao CEPE e aos departamentos da Universidade que se dediquem ao estudo da matéria específica ou correlata”.

O CEPE, por sua vez, segundo o artigo 103 do Regimento da Faculdade de Educação, deveria manter “íntimo entrosamento com o Curso de Pedagogia, particularmente no que se refere à colaboração interdisciplinar para a execução de seus planos de pesquisa e estudos” (Universidade, 1966b). Na prática, pelo que se pode constatar nas entrevistas realizadas especialmente com o segundo diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Sílvio Coelho dos Santos, esta articulação não acontecia tal como o previsto. Segundo ele, os pesquisadores do CEPE eram jovens e queriam fazer inovações, enquanto os professores do Curso de Pedagogia “mantinham seu trabalho tradicional” (Santos, 1997, p.7-8).

Influência do escolanovismo, que se constituía na pedagogia oficial do Estado brasileiro – posteriormente substituída pelo tecnicismo – a pesquisa, a auto-educação, o aprender a aprender eram a tônica da época. A ênfase escolanovista na forma, no como fazer, nos métodos e técnicas de ensino é claramente percebida na disciplina Didática Geral, do núcleo comum, que objetivava “capacitar os alunos a discernir, com clareza e precisão, os métodos e recursos didáticos que lhes poderão proporcionar, em suas atividades profissionais, os melhores resultados na direção da aprendizagem”. Na licenciatura, esta ênfase é exacerbada no sentido de, através de métodos e técnicas, desenvolver no/a aluno/a da escola primária a prontidão para a alfabetização. Esta supervalorização do como ensinar, descolada da preocupação com o quê, para quê e também para quem ensinariam os/as futuros/as professores/as da escola normal, fazia do Curso de Pedagogia/Licenciatura aquilo que Luiz Pereira chamou de “agência de adestramento técnico-pedagógico”, ao se referir ao curso normal (Auras, 1993, p.56).

A disciplina de Psicologia – dividida em geral e da educação – era, a exemplo de Estatística, presença forte na formação dos/as pedagogos/as. Objetivava proporcionar ao aluno/a o conhecimento das condições que explicavam e influenciavam o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças nas escolas. Contudo, no recorte de conhecimentos feito para ambas, observa-se um certo reducionismo e uma notável a-historicidade, ficando a questão da aprendizagem circunscrita a aspectos de índole pessoal, a dimensões comportamentais e a problemas psicológicos. A aprendizagem é

entendida como um processo eminentemente individual, secundarizando dimensões contextuais e sócio-históricas. Face ao peso dado à Psicologia na formação do/a pedagogo/a, consta do processo de reconhecimento da Faculdade de Educação, a necessidade de instalação de um gabinete de psicologia aplicada, ao qual poderiam “recorrer os vários departamentos da faculdade e entidades interessadas”. O objetivo do gabinete seria o de “constituir suporte das aulas práticas e de adestramento das cadeiras de psicologia, servir à pesquisa e executar orientação educacional e profissional” (Universidade, 1966c, v.2).

A inclusão de História da Educação na segunda série e de Filosofia da Educação apenas na terceira série apontam para a dificuldade que tal currículo proporcionava, no sentido de possibilitar uma reflexão crítica sobre a realidade educacional, tanto brasileira como catarinense, dificultando ao futuro/a pedagogo/a, bacharéis e licenciados/as, a compreensão da realidade em que iriam atuar, apesar das reiteradas proclamações no sentido de que esta realidade precisava ser pesquisada, compreendida e, conseqüentemente, sintonizada com os objetivos do projeto desenvolvimentista/modernizador.

Elaborados em plena ditadura militar, os planos de ensino investigados – todos do ano de 1966 – apontam para a formação de um/a pedagogo/a com perfil de técnico/a, planejador/a, especialista no “como fazer”. O forte atrelamento da direção da faculdade e de seus professores/as ao aparelho de Estado e, conseqüentemente, à política socioeconômica em vigor na época, são indicadores de que o primeiro currículo do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação formava pedagogos/as para, com suas práticas, contribuir para manter e legitimar o que estava posto.

### **FAED: modernização conservadora**

Concebida como instituição de ensino superior funcional e utilitária, a Faculdade de Educação, nos anos 60, procurou alavancar o projeto de modernização de Santa Catarina. O Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais produziu vários diagnósticos da situação da rede escolar de Santa Catarina para os órgãos oficiais do Estado, negociados e subvencionados pelo Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo de Santa Catarina. Estas pesquisas, inéditas no cenário catarinense, serviram sobremaneira como subsídios básicos para embasar o planejamento educacional catarinense, particularmente o primeiro Plano Estadual de Educação. O CEPE, todavia,

não produziu pesquisas independentes e críticas em relação à política educacional estadual e nacional, convertendo-se num órgão oficioso de investigações educacionais.

O Curso de Pedagogia formava bacharéis, de cultura tecnicista, para assumirem posições de liderança no processo de modernização educacional, pelo qual passava o Estado de Santa Catarina, e também professores/as destinados/as às matérias específicas do Curso Normal que – como já foi abordado – foram disseminados por quase todos os municípios catarinenses como forma de suprir a carência de cursos ao nível ginásial. Enfim, a Faculdade de Educação fazia parte da infra-estrutura necessária ao arranco desenvolvimentista, entendida – pelos seus idealizadores – como “um verdadeiro pré-investimento” (Melo, 1965, p.5).

Apesar de o CEPE anteceder o Curso de Pedagogia, a Faculdade de Educação não foi criada dentro de um modelo de vanguarda no sistema universitário brasileiro, pelo fato de dissociar pesquisa e ensino. O segundo diretor do CEPE, professor Sílvio Coelho do Santos, analisa esta questão de forma lúcida e abrangente, afirmando:

O ensino superior em Santa Catarina foi instalado de forma tradicional, desconheceu-se a experiência da Universidade de Brasília, que já existia e também de uma Universidade como a de São Paulo. Tanto a UDESC [Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina] como a Federal [Universidade Federal de Santa Catarina], começaram com modelos tradicionais de universidade. Quer dizer, este modelo criado pela Faculdade de Educação foi inovador, o próprio rótulo “Faculdade de Educação”, foi a primeira faculdade com este nome no Brasil, mas não quer dizer que era tão inovador assim (Santos, 1997, p.10).

Apesar das divergências funcionais entre técnicos/as e professores/as ou de algumas posturas políticas de centro, constata-se que, na década de 60, a Faculdade de Educação teve um baixo grau de dissenso político e ideológico. A grande circularidade de profissionais da educação entre a FAED e as instâncias político-administrativas, como a Secretaria de Educação, o Conselho Estadual de Educação e o Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo, indica, de certa maneira, confluência em torno de idéias políticas e educacionais. Neste sentido, durante os anos 60, não houve, na Faculdade de Educação, movimentos coletivos ou individuais de resistência ao regime militar.

Por isso, constata-se que as circunstâncias históricas da fundação da Faculdade de Educação, bem como o seu funcionamento nos seus primeiros anos, moldaram um modelo de universidade atrelada às demandas do Governo do Estado de Santa Catarina.

As práticas acadêmicas, tanto no CEPE quanto no Curso de Pedagogia, foram dirigidas pela política educacional oficial, inibindo iniciativas autônomas e críticas de ensino e de pesquisa. Apesar das mudanças conjunturais, este modelo universitário implantado na FAED manteve-se nas décadas seguintes, passando a ser questionado efetivamente somente nos anos 90.

Na década de 70, quando a maioria das universidades brasileiras verticalizou o seu ensino em nível de mestrado, a Faculdade de Educação continuou oferecendo somente cursos de graduação – alguns de licenciatura curta – e, somente em 1979, passou a oferecer cursos de especialização. Na década seguinte, apesar das transformações significativas que ocorriam na sociedade e na educação, no Brasil e em Santa Catarina, o quadro não se alterou, indicando estagnação e comodismo, aliás, constatados pelo primeiro diretor da FAED, no vigésimo aniversário da instituição (Melo, 1984, p.15). Mas estas questões situadas após os anos 60 demandam nova e meticulosa investigação.

## Referências

- ABREU, Alcides. Entrevista concedida a Gladys Mary Teive Auras. Florianópolis, 6 maio. 1997.
- AURAS, Gladys Mary Teive. **Modernização Econômica e Formação do Professor em Santa Catarina**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **Imagens da universidade e os conflitos em torno de seu modo de ser**. Revista da USP. São Paulo, n.25, p.84-91, mar./maio.1995.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- CELSO Ramos desenvolve Santa Catarina. Diário Catarinense. Florianópolis, 13 abr.1996. Diário Especial: o legado de Celso Ramos.
- FACULDADE de Educação. **Regulamento Provisório da Faculdade de Educação**. Florianópolis, 1963.
- LINS, Zenilda Nunes. **Faculdade de Educação: projeto e realidade**. Florianópolis: IOESC, 1988.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. **Diretrizes para a educação em Santa Catarina: contribuição do Conselheiro Osvaldo F. de Melo apresentada ao CEE, com vistas à fixação de uma política educacional**. Florianópolis, jun. 1965. Apostila.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. **Faculdade de Educação: 20 anos**. Florianópolis: IOESC, 1984.
- PEREIRA, Maria Célia et. al. CCE dinamiza-se para se integrar com a sociedade. Universidade & Desenvolvimento. Florianópolis, v.2, n.1, p.16-8, 1988.
- PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Editora da UFSC, Lunardelli, 1983.
- SANTA CATARINA. FIESC. Documento Básico do Seminário Sócio-Econômico. Florianópolis, 1960.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1968.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Um esquema para a educação em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1970.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida. Florianópolis, 03 jun.1997.
- SCHMITZ, Sérgio. **A gênese da Faculdade de Educação – FAED**. Universidade & Desenvolvimento. Florianópolis, v.2, n.3, abr. 1994.
- UNIVERSIDADE para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Faculdade de Educação. Projeto de Pesquisa sobre as condições do Processo Educacional no Estado, em nível primário e médio. Florianópolis, 1966a.
- UNIVERSIDADE para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Faculdade de Educação. Regimento. Florianópolis, 1966b.
- UNIVERSIDADE para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Faculdade de Educação. Processo de reconhecimento. Florianópolis, 1966c. 3v.

UNIVERSIDADE para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sobre as condições do processo educacional em Santa Catarina. Florianópolis, 1967.

UNIVERSIDADE para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. Expansão da Escolaridade Primária até a Sexta Série. Florianópolis, 1968a.

UNIVERSIDADE para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. Evasão Escolar e Repetência nas Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina (relatório de pesquisa). Florianópolis, 1968b.

UNIVERSIDADE para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Faculdade de Educação. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais. A situação do Ensino Médio em Santa Catarina (relatório de pesquisa). Florianópolis, 1969. 2 v.

**Artigo recebido em: 05/2003**

**Data de Aprovação: 08/2002**